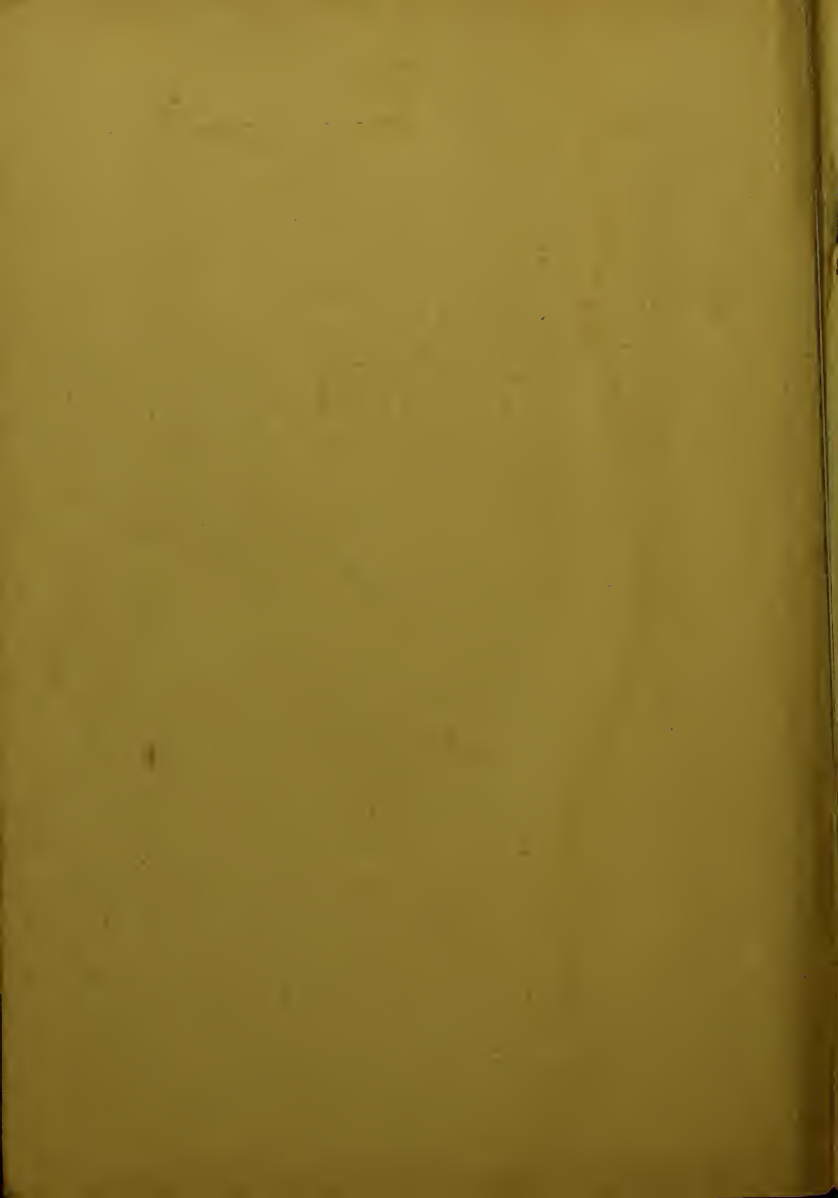
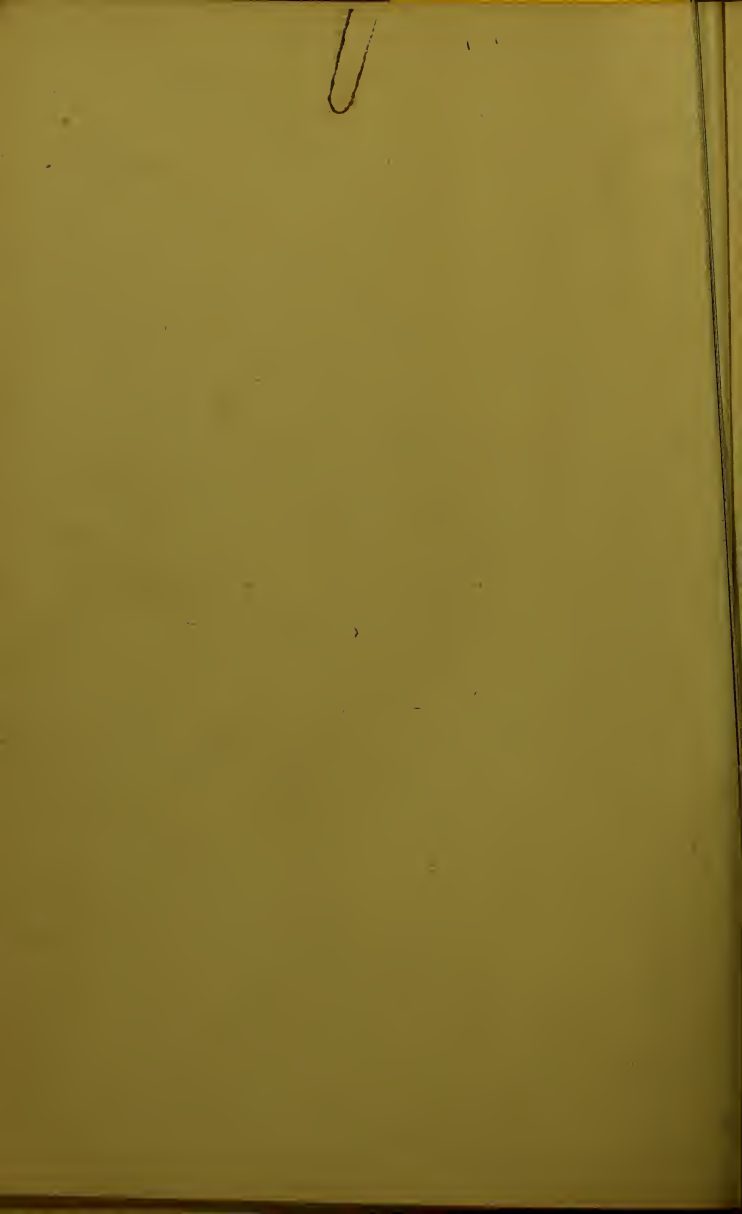
Viagem ao Rio Grande do Sul

Rio de Janeiro — 1945

D I S C U R S O S

Proferidos no banquete de homenagem ao Ministro da Fazenda, realizada no Clube do Comércio, a 16 de Setembro de 1945.

DISCURSO DO ORADOR OFICIAL, DR. RENATO COSTA, DIRETOR DO BANCO DO RIO GRANDE DO SUL

Excelentíssimo Senhor Ministro Souza Costa:

Devo acentuar, preliminarmente, a V. Excia., que esta homenagem cordial dos banqueiros do Rio Grande ao eminente homem público que tem a responsabilidade da política financeira e econômica do país, não se reveste dos rigores do protocolo oficial, mas obedece aos impulsos do afeto e de justificada admiração a quem, tendo abandonado transitòriamente o pôsto rude e afanoso da vida bancária, ainda guarda, dos triunfos de uma carreira incomparável, as virtudes e o espírito combativo da mais árdua das profissões.

Em tôrno desta mesa, reunem-se, Sr. Ministro, amigos e colegas banqueiros de V. Excia., para homenagear o homem-representativo de uma classe que, na eminência das posições oficiais, nunca perdeu o contacto com a planície, mas, ao contrário, nela vem retemperar as suas energias e buscar novas e mais fecundas inspirações.

Assim tem sido, em verdade, a norma invariável de V. Excia., em todos os mais altos postos da República. E, assim, foi na direção do maior instituto bancário do país, em que re-

velou V. Excia. uma rara capacidade de mando, ao mesmo tempo que o seu espírito ágil e culto e a sua inteligência privilegiada afrontavam os mais áridos problemas da economia nacional.

Não tem sido outra a atitude de V. Excia. no Ministério da Fazenda, em cuja eminência não perdeu V. Excia. o contacto com a realidade da vida, mas onde melhor se exaltaram as suas incontrastáveis qualidades de homem de Estado e se aprimoraram as tendências generosas do seu espírito democrático.

É que a têmpera de que se forjou o seu caráter de homem público tem a mesma e inviolável resistência da que fundira no espírito e no coração dos nossos homens representativos a confiança irremovível nos destinos da nacionalidade.

Se, em V. Excia., Sr. Ministro, são invejáveis os recursos de uma inteligência rápida e vivaz, que não se atemoriza de enfrentar os problemas de Estado mais complexos, mais surpreendente e contagiosa é a segurança que V. Excia. põe na solução imediata dessas questões.

O destemor e a bravura com que V. Excia. afrontou, em uma das câmaras políticas do país, há quase um decênio, versados doutores das finanças nacionais, agrupados e concluidos para fulminar o programa financeiro do govêrno, constitui um dos episódios mais emocionantes da nossa história política.

Proclamava-se, à boca pequena, que V. Excia. não resistiria à tremenda e perigosa refrega. A "interpelação" contra a política financeira do govêrno, tal o prestígio e notória cultura dos interpelantes, ficaria sem resposta... Os dados e as estatísticas haviam-se amontoado para esmagar o Ministro da Fazenda, e, consequentemente, o programa financeiro do govêrno. Temia-se, não pelo homem que com vontade de aço nunca desertou das posições mais perigosas, mas pelo parlamentar improvisado que ia arriscar-se, nos assomos da tribuna política, a terçar armas com uma plêiade de experimentados e aureolados lidadores da palavra e da controvérsia doutrinária. Alguns dêles se haviam notorizado na cátedra, encharcados de doutrina e com uma bagagem livresca das mais opulentas.

O ambiente político daquela hora, animara-se de um entusiasmo e expectativa desusados. A alma das ruas contagiara-se de um frenesi angustioso. Nos jornais, as manchetes pomposas e farfalhentas aguçavam a curiosidade popular.

Nas academias, a mocidade prelibava o ruidoso embate.

No dia aprazado, a oposição forma, na Câmara, uma trincheira, aparentemente intransponível. O recinto, em que se ia decidir a vitória ou a derrota espetacular do govêrno, aninhava uma multidão de curiosos, no meio da qual se podiam surpreender homens de alta estirpe intelectual, professores, economistas e um público ansioso e irrequieto.

Esse ar jovial e franco, que esmalta o caráter e a independência de atitudes de V. Excia., mesmo naquele instante emocional, não havia abandonado o espírito e a serenidade de quem se ia submeter a uma prova pública de tamanha e excepcional transcendência.

Dada a palavra a V. Excia., pelo presidente da Câmara, um silêncio profundo amortalhou o ruido da sala... Podia-se sentir o rumor apenas da respiração ofegante de uma compacta mole humana.

Os olhares daquela assembléia de curiosos, de amigos e de adversários do govêrno, centralizaram-se no Ministro da Fazenda, que ia se submeter à mais rude prova de fogo.

Renovava-se o espetáculo parlamentar de há um século, no Império, quando Salles Torres Homem, acusado pela oposição, defendia-se, do alto da tribuna do Senado, com acentos apocalíticos, contra os que proclamavam a duvidosa excelência do regime da "pluralidade bancária emissora".

Aos primeiros acenos da escorreita oratória de V. Excia., tumultuam os apartes da esquerda, com o propósito deliberado de perturbar a serenidade da exposição do Ministro. V. Excia., no entanto, não se arreceia e, ao invés de ladear os argumentos de chofre dos doutores, os enfrenta e os rebate, um a um, com o assombro de uma assembléia, no começo, inegàvelmente hostil.

Nenhum aparte fica sem resposta imediata. E o que é mais (com surpresa dos próprios técnicos), V. Excia., socorrendo-se de uma memória notòriamente privilegiada, referia e retificava, à queima roupa, dados estatísticos, sem se socorrer das notas dactilografadas...

Ocasiões houve em que, no atropêlo da argumentação, era o Ministro quem supria a memória dos interpelantes, fornecendo-lhes cifras e aplainando dificuldades e tropeços dos seus opositores...

Dentro de pouco, a trincheira oposicionista esboroava-se ruidosamente ao tropel dos argumentos irrespondíveis de V. Excia. e a assembléia, a princípio indiferente e hostil, aclamava o Ministro, que ganhara a batalha !

Grande e inesquecível episódio, que haveria de assinalar uma das fases memoráveis da carreira política de V. Excia.

Ainda agora, quando se procurou negar ao Presidente Getúlio Vargas a benemerência do seu govêrno e se pretendeu amesquinhar uma obra de proporções prodigiosas, como a que criou a "siderurgia nacional" — base da nossa emancipação econômica e industrial, pelas facilidades que ela proporcionará ao "equipamento ferroviário" e "manufatureiro" da Nação; como a que traçou os "meios rodoviários", permitindo a ligação do Sul e Norte do país, através dum incomparável sistema de estradas, como jamais se fêz na República; como

a que refez o Exército e a Marinha, e instituiu a arma aérea, enriquecendo-se de escolas técnicas e especializadas, de modo a elevar o nível cultural das fôrças armadas, como nunca se pôde levar a efeito no país; como a que dotou os serviços públicos, na Capital da República, de prédios próprios, de modo a centralizar tôdas as suas repartições nos respectivos ministérios, economizando numerosas verbas do orçamento de despesas e melhorando os serviços públicos; como a que deu a todos os setores da economia nacional uma ampla assistência técnica e financeira, pela criação de serviços especializados e a da "Carteira de Crédito Agrícola e Industrial" do Banco do Brasil; como a que criou a "legislação e justiça trabalhista", iniciativa generosa para evitar a luta de classes e estabelecer o equilíbrio entre os direitos e deveres do patronato e do empregado, problemas até então da alçada exclusiva da polícia; como a que criou os "institutos de aposentadoria" de tôdas as classes sindicalizadas, de modo a preservá-las da miséria econômica; como a que disciplinou em códigos especializados o uso das águas, dos potenciais hidráulicos, da pesca e da caça, da mineração, etc.; como a que proclamou a necessidade da "cooperação econômica dos produtores", para a defesa de seus interêsses; e inúmeras outras iniciativas de profundo e generoso alcance coletivo, além de haver podido organizar e instruir uma numerosa "fôrça expedicionária" em defesa dos princípios democráticos nos campos assolados da Europa, e

que nos assegurou uma posição de prestígio e autoridade incontrastável na formação do mundo de amanhã — ainda, agora, repetimos, V. Excia. desfez, em notável e recente conferência na Biblioteca do Ministério da Fazenda, uma série de alegações precipitadas contra a obra administrativa do govêrno federal.

Sonegavam-se ao exame do país os serviços reais prestados pelo Presidente Getúlio Vargas num período relativamente curto do govêrno, mas em cuja luminosa gestão se assentaram as bases de problemas vitais, condizentes com os interêsses da estrutura geral do país.

Mas, a "bomba atômica", arrazadora e terrível, devolveu-a V. Excia. ainda uma vez, através da palavra culta e elegante e o pensamento sereno do Ministro, nessa notável conferência.

Nêsse trabalho, que ficará como um documento dos mais fiéis das realizações do govêrno nacional, o que mais impressiona não é a forma escorreita e habitual da réplica que se dá aos opositores, mas a serenidade e a lealdade que se põem no esclarecimento dos fatos e da situação econômica e financeira do país.

É possível que outros pudessem ter sido os rumos da política financeira do govêrno, numa situação de tamanha complexidade, em que mesmo as opiniões dos mais altos técnicos do mundo, em matéria de tal quilate, divergem e se entrechocam, de modo impressionante.

Mas, o que seria um absurdo desconhecer, nesta hora, é a sinceridade e a honestidade de propósitos do govêrno brasileiro em seu notório esfôrço de dar aos problemas do país o sentido da "realidade nacional", no âmbito das possibilidades, e não no terreno da ficção e de inconsistentes realizações administrativas.

A solução, por exemplo, do velho e obsedante problema da nossa "dívida externa" — no qual a interferência de V. Excia. foi predominante — constitui um trabalho de excepcional relevância e de resultados jamais obtidos, desde a maioridade política do Brasil.

Em 1930 — ano da Revolução nacional — devia a Nação cerca de 162 milhões, 994 mil libras esterlinas, que o último acôrdo, tramitado por V. Excia., reduziu a *119 milhões, 527 mil libras;* e *369 milhões, 933 mil dólares,* ouro americano, que se reduziram a *239 milhões, 918 mil dólares,* tudo em números redondos. Os gastos anuais, com o serviço da dívida externa, que custavam, ao país, em 1930, cêrca de 23 milhões e 97 mil libras, exigem hoje, segundo aquêle acôrdo, sòmente cêrca *de 8 milhões, 341 mil libras esterlinas.*

Que apreciável economia representa para o orçamento federal, dos Estados e municípios, esta redução considerável no total da nossa "dívida externa" e, consequentemente, nos serviços de juros, que ela absorvia do erário nacional, além do

decisivo reflexo dessa política em relação às disponibilidades da nossa "balança de contas"?

Foi, sem dúvida, um serviço inestimável prestado à economia nacional, porque envolve um aumento imediato das nossas disponibilidades-ouro e permite a sua aplicação noutras utilidades de que necessita o país, notadamente, para a recuperação do seu parque industrial.

Que representa, senhores, para o país o plano majestoso do aproveitamento do vale do Rio Doce e do São Francisco, tão exaltados nas crônicas de Humboldt, de Saint Hilaire e de viajantes e sábios ilustres que percorreram o "hinterland" selvagem do Brasil em começos do século 19, de zonas de notável uberdade, mas onde vegetam e definham milhares de brasileiros que aguardam a sua reintegração nos quadros sociais e econômicos do Brasil?

A grata presença de V. Excia., Sr. Ministro, na hora em que o Rio Grande procura resolver o problema do aproveitamento dos seus potenciais hidráulicos, para facilitar às suas populações urbanas e rurais o consumo de energia barata e permitir, consequentemente, a criação e expansão do seu asfixiado poder industrial em zonas onde avultam matérias primas, que são hoje elaboradas em outros centros industriais e depois retornam aos mercados consumidores do Rio Grande, não constitui uma prova insofismável do interêsse do preclaro

Chefe da Nação de facilitar a mobilização dos recursos materiais do país ?

A solução afinal do problema não sofrerá mais intermitências e não estará longe o dia em que a economia rural do Estado e as suas manufaturas, mantidas com o esfôrço e o sacrifício dos seus pioneiros, terão ao seu alcance energia barata e abundante. Teremos, então, assegurado ao trabalho rural e industrial do Rio Grande a sua verdadeira alforria econômica e para cuja solução V. Excia. está contribuindo de modo decisivo.

Por sua complexidade e múltiplas facetas, a obra de V. Excia., Sr. Ministro, não é das que colhem o aplauso fácil e tão ao sabor das galerias... Só o tempo e o transcurso das horas agitadas que vivemos, facilitarão o exame sereno dêsse imenso trabalho, que transcende em importância histórica os períodos mais acidentados da vida nacional.

Nem a sagacidade de Murtinho, que foi um dos grandes artífices da nossa política financeira, escapou às diatribes e mesquinharias dos seus contemporâneos...

Êste convívio, entretanto, tem a virtude e o encanto de reacender no seu vigoroso espírito de homem público a confiança e apreço dos seus conterrâneos e de todos aqueles que se habituaram em reconhecer em V. Excia. o banqueiro experimentado, que nas cumiadas do poder conserva como um

dos maiores brazões da sua carreira pública o tirocínio e a experiência adquiridos nas refregas bancárias.

Não é outro o motivo desta homenagem dos seus colegas e amigos, Sr. Ministro, a que nos dão a honra de sua presença altos representantes do poder público.

Em honra de V. Excia., Sr. Ministro, ergo a minha taça e brindo pela prosperidade pessoal de V. Excia.

RESPOSTA
DO
MINISTRO ARTUR DE SOUZA COSTA

Meus Senhores:

É grande o meu contentamento neste contacto convosco a que a palavra fulgurante e autorizada de Renato Costa soube imprimir singular relêvo, fazendo com que êsses momentos se fixem na minha vida pública, de forma imperecível, não só pela sua significação intrínseca de compreensão e apôio à ação do govêrno no setor a meu cargo, mas também pela oportunidade em que se verifica.

Está, agora, o Brasil começando a enfrentar os problemas característicos da fase de transição da economia de guerra para a economia de paz, depois de haver transposto dificuldades quase insuperáveis para atender às necessidades oriundas dos graves compromissos internacionais assumidos. Cumpre-nos, pois, encarar, com firmeza, os obstáculos do presente, mantendo a confiança no futuro, requisito fundamental ao êxito das tarefas a empreender.

Sabemos quão extensas e profundas são as repercussões da guerra na economia e nas finanças públicas, afetando de forma intranquilizadora a própria estabilidade do

país, como fenômeno próprio da convulsão operada no mundo inteiro durante seis longos e penosos anos de lutas incessantes e árduas, empenhadas com objetivo de restaurar os velhos padrões de liberdade ameaçados de aniquilamento de maneira acerba e dramática. Não nos cumpre vacilar na compreensão de que semelhante conjuntura impõe sacrifícios, e seria pueril esperar que dos tremendos abalos causados pela situação de guerra não sobreviessem efeitos profundos em tôda a estrutura da pátria. Atenuar êsses efeitos, quando não seja possível neutralizá-los, preparar o espírito coletivo para o justo entendimento dos problemas emergentes; superpor-se às influências transitórias para descortinar nessa espécie de cerração, que a guerra geralmente deixa cair diante da atualidade de cada país, as linhas precisas de um roteiro seguro; divisar e seguir resolutamente êsse caminho, eis em resumo os pontos que poderíamos chamar cardeais na orientação dos govêrnos.

Convencido da alta importância de uma colaboração leal para o êxito no enfrentar tão graves responsabilidades, tenho procurado informar a opinião pública do meu país de todos os atos e fatos que dizem com a administração dos dinheiros públicos e com a orientação da política financeira e econômica. Daí a significação impar de que se reveste esta solenidade, em que os homens de inteligência e de ação do Rio Grande do Sul trazem a sua palavra de confiança ao govêrno, auxi-

liando-o com o prestígio de sua fôrça. Ainda há pouco, contestando críticas levantadas à ação do govêrno, a propósito da situação financeira, pronunciei longa e circunstanciada conferência no Auditório do Ministério da Fazenda. O objetivo da crítica tinha sido o de afirmar que os males da inflação que sofremos decorriam das despesas excessivas do govêrno. Demonstrei que tais excessos de gastos não existem e que, na aplicação inoportuna dos lucros acumulados, em conseqüência da guerra, residia a verdadeira causa da inflação. Examinei, na mesma ocasião, a questão da valorização do cruzeiro, cuja taxa cambial se entendia dever ser alterada em razão da alta dos preços. Os estudos que teem sido feitos nas seções respectivas do Ministério que dirijo, cada vez mais confirmam a convicção de que precisamos perseverar na defesa da moeda, e que nada justificaria a redução do valor do cruzeiro.

A majoração dos preços que estamos presenciando não acarreta senão transitória desvalorização da moeda. A margem entre os preços de venda dos produtos industriais e os preços de custo comporta redução substancial e permite, dêsse modo, a queda acentuada nos preços, principalmente se conjugada com a remodelação do parque industrial, como é objetivo da política que seguimos. A amplitude dessa margem, entre o preço de custo e o preço de venda, foi provocada pela situação do monopólio criado pela guerra e foi admitida por

ser a única oportunidade que proporcionará à nossa indústria reservas suficientes para essa remodelação indispensável do Parque Industrial do nosso país.

Vários fatores do encarecimento do custo da produção vão desaparecer logo que sejam restabelecidas as correntes de importação, e o excesso atual do meio circulante virá a ser absolvido, em consequência do consumo, facilitado pelo aumento da produção em bases da maior eficiência, ou seja de custo mais reduzido.

Os serviços de estatística especializada eram insuficientes para o exame dos problemas econômicos e, na realidade, podemos afirmar que, sòmente a partir dêste ano, dispomos de dados estatísticos que nos permitem conhecer o valor exato das vendas feitas pela indústria, levada em conta a parte que na formação dêsses valores teem as matérias primas, combustíveis e a energia. Isso graças à Lei promulgada em 1942, em virtude da qual vinham sendo feitos inquéritos, com o objetivo de defesa econômica e que constituem elementos de garantia e maior segurança na política econômica.

Referí-me, na mesma conferência, à necessidade de ser instituida uma escala de preferências, fixando uma hierarquia nas medidas a tomar. O exame da situação brasileira, para a solução dos problems emergentes de combate à inflação, indicava a precedência das medidas de congelamento das dispo-

nibilidades monetárias, mediante a ampla aquisição dos títulos do govêrno, de garantia de recursos aos produtores de cereais e segurança de transportes de gêneros alimentícios, já produzidos e relativos à safra vindoura, que temos em vista incrementar. Entre as medidas que dizem respeito ao aumento da capacidade industrial do Brasil, a par da siderurgia, apresentam-se aquelas que tornarão possível a energia a preço baixo. Desde 1931 que o Presidente Getúlio Vargas vem consagrando ao problema da energia elétrica os seus esforços e as suas especiais atenções.

Surgiram em tôrno dêsse assunto as mais contraditórias opiniões a propósito da ação do govêrno. Promulgado o Código de Águas, teve o govêrno de enfrentar os interêsses de grandes emprêsas, a fim de orientar a solução do problema, no sentido do interêsse legítimo do povo, criando-se, finalmente, o Conselho Nacional de Águas e Energia Elétrica. Técnicos federais e estaduais procederam ao levantamento das nossas reservas hidráulicas e das nossas possibilidades para um plano de valorização do homem brasileiro, através do recurso da energia elétrica, pôsto à sua disposição, para o trabalho. A riqueza de uma Nação é, em última análise, a soma da riqueza de seus filhos e a riqueza de um indivíduo afere-se pela sua capacidade de produção.

O povo brasileiro não tem menor capacidade para produzir que os povos dos demais paises. O que lhe falta são os

elementos para multiplicar a sua produtividade. O trabalho do nosso homem é pràticamente isolado, sem qualquer apôio econômico que lhe reforce a energia.

Os povos que podem dispor de cavalos-vapor ou kilowatts elétricos multiplicam o trabalho de seus cidadãos pelo número de elementos postos à disposição de cada um. Por isso, o rendimento de um norueguês, de um canadense, de um norte-americano ou de um inglês é superior ao de um brasileiro.

A eficiência técnica resultante da experiência na utilização dos meios de produção aumenta aritmèticamente o valor dessa produção, mas só os meios que se baseiam no fornecimento de energia podem aumentar a produção em proporção geométrica.

Estamos acostumados a ouvir falar em nossas riquezas naturais e nos vamos sugestionando com essa impressão de riquezas, que possuímos apenas em estado potencial. Mas se confrontarmos a massa dessa riqueza, em estado potencial, com aquela de que, efetivamente, dispomos, o confronto evidencia o contrário do que supomos ser a realidade.

Pode figurar o Brasil entre as maiores Nações do mundo em potencial hidráulico, mas, a verdade é que, se dividirmos, a energia de que, efetivamente, dispomos pela nossa população, verificamos que cada brasileiro tem à sua disposição menos de cinco décimos de um cavalo-vapor e que só pode

utilizar 65,05 kilowatts hora por ano, em média, ao passo que o norte-americano dispõe para o seu consumo de 1.070 kilowatts hora. Modifica-se, assim, a nossa posição no conjunto das demais Nações.

Em consequência de legislação que exigiu dois terços para a formação de quadros brasileiros, vemos que, hoje, a serviço destas emprêsas, que constróem barragens em nosso país, o quadro de engenheiros, na sua totalidade, é constituído de brasileiros.

Não há trabalho mais ingrato do que a construção dos alicerces, pois a obra não aparece, mas sem alicerces sólidos não há edifício que se possa erguer.

O estudo de um regime de águas, o cálculo da vazão média de um rio, a disciplina num sistema jurídico único das concessões, dos contratos e dos privilégios existentes nas emprêsas espalhadas pelo Brasil; a limitação dos lucros, a justa remuneração do capital, tôdas essas medidas veem sendo tomadas e o planejamento da exploração da energia elétrica encontra-se, agora, em fase sólida para execução do programa.

O relativo ao aproveitamento do potencial hidro-elétrico do Rio Grande do Sul, que o seu ilustre interventor, Coronel Ernesto Dorneles, prestigia com o seu grande interêsse e que tem como animador a grande figura do Dr. Walter Jobim, foi esboçado e estudado por técnicos do mais alto valor, entre

os quais é justo destacar o Dr. Noê de Freitas e acha-se integrado, depois de meticuloso exame, no conjunto nacional do plano de energia elétrica. Da importância dêsse programa e da necessidade de sua execução não é preciso que vos fale. Todos sentimos que o Rio Grande do Sul precisa de energia para se desenvolver, para multiplicar o valor do trabalho dos seus homens, para poder preparar-se dentro do quadro econômico moderno. E, mais do que o Rio Grande, o Brasil precisa do seu fortalecimento econômico, estabelecendo núcleos de indústrias básicas. No exame da produção industrial do Rio Grande, ao estudarmos a sua estrutura, verificamos que êle se encontra num período de estagnação, e, mesmo, de declínio, em relação à indústria de outros Estados e isso, sem dúvida, apenas pela falta de energia elétrica e pelos preços exagerados daquela de que dispõe.

Justifica-se assim, plenamente, o grande entusiasmo que nos empolga ao vermos que se aproxima o momento de converter em realidade o que ainda há poucos anos parecia um sonho. Como rio-grandense é grande o meu contentamento de ver encontrar-se a solução de um problema que diz tão de perto com o interêsse vital do nosso Estado, pela elevação do valor econômico do homem do Rio Grande ao nível a que tem direito, por um passado em que se sucedem os seus feitos de afirmação nacional, de bravura, e de devotamento pelas causas nobres do Brasil, em que tem marcado, com denodo,

tôdas as etapas que se oferecem a um povo, para afirmar-se com dignidade e sobreviver independentemente.

Como colaborador na obra de govêrno do Sr. Getúlio Vargas, é com orgulho que verifico a possibilidade dessa realização, o que não teria ocorrido se não fôra a política seguida e pela qual elevamos o crédito do Brasil e asseguramos a situação internacional da nossa moeda. Sem os acordos da dívida externa que lhe reduziram o valor e asseguraram a vitalidade do nosso crédito e sem as reservas em ouro e divisas que possuímos, em valor quase igual ao do papel-moeda em circulação, faltar-nos-iam os recursos e o crédito para considerar a possibilidade de organizar a indústria do Brasil em bases razoáveis de solidez.

Aos que insistem em atacar a política do govêrno, pelo fato de terem subido os preços, no momento, já respondí que se os nossos objetivos tivessem sido, apenas, o de evitar isso, nada justificaria o termos despendido bilhões e bilhões em material e serviços para dotar as nossas fôrças de terra, mar e ar e enfrentar as despesas de uma guerra em que os nossos bravos soldados escreveram, com o seu sangue, novas páginas de glória para a história do Brasil.

O direito de produzir, a baixo preço, gêneros alimentícios em matérias primas, para serem transformados, pela indústria das nações fortes, nos estaria assegurado e seria, mesmo, o

nosso destino, se, em vez de vencedores, tivéssemos sido vencidos por qualquer inimigo poderoso.

Mas, nossos objetivos nunca se reduziram a isso. O nosso ideal é o de um Brasil forte, capaz de utilizar os recursos que a natureza nos deu, multiplicar a capacidade produtora do homem brasileiro, aumentar, enfim, a riqueza nacional.

Somente as nações economicamente fortes poderão resolver o problema social. Sem um esfôrço sistemático, em proveito do desenvolvimento da riqueza geral, assegurada ao trabalho a parte que, legitimamente, lhe cabe, êsse problema jamais deixará de subsistir.

São interdependentes os problemas econômicos e os problemas sociais. São questões que formam uma tecetura contínua. Não se pode saber, com exatidão, onde começa e finda o campo próprio a cada uma. O seu entrelaçamento é completo. Nelas, domina uma interpenetração absoluta.

Cumpre-nos ter a inteligência voltada à percepção das necessidades da vida moderna, de modo que a evolução se processe sem demasiada resistência dos princípios tradicionais, como uma conciliação entre o que se deseja obter e o que é possível alcançar, sem perigo da estabilidade social.

Passam pela face da terra as ideologias mais diversas. Sòmente uma coisa resiste à ação vulcânica desencadeada

nas épocas das grandes transformações, quase sempre iniciadas como epílogos de guerra: o bom senso.

Romper com o passado é contra-senso. Implica o malbarato da experiência acumulada por muitas gerações, por muitos indivíduos de cada geração.

Em época alguma da história da humanidade a produção, prodigiosamente incrementada pela técnica, decidiu tanto dos destinos da civilização quanto na segunda conflagração mundial.

Quando se fizer o registro sereno e definitivo da fase vivida pelo mundo, entre 1939 e mais da metade de 1945, uma verdade ressaltará com a evidência da luz do sol — a inteligência, recorrendo a todos os processos modernos de investigação, no campo das atividades econômicas, pode solapar, seguramente, tudo quanto o gênio do mal empreender, também com inteligência, mas a serviço da desgraça dos povos com o intuito de tornar impossível qualquer resquício de felicidade humana na face da terra. E digo assim porque, de fato, não há ensejo de conciliação entre o desejo do homem de ser feliz e um sistema que lhe usurpe o maior de todos os bens, qual seja a liberdade.

A obra de paz só pode ser desenvolvida, utilmente, dentro dos mesmos princípios que aglutinaram as fôrças para a vitória, isto é, a cooperação dos homens, que, pelo pensamento,

pela ação e pelo trabalho, influiram, decisivamente, nessa grande obra.

E, por isso, me felicito de vos ver aquí, reunidos.

Agradeço aos meus amigos dos Bancos do Rio Grande do Sul a oportunidade dêste convívio feliz e levanto a minha taça pela grandeza e pela prosperidade do Rio Grande e do Brasil.